

ATA Nº06

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 29 de junho de dois mil e dezoito.** -----

-----No vigésimo nono dia do mês de junho de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas e quarenta minutos, no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Liliana Barreira e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos**:

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 26/04/2018;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: PROCEDIMENTOS CONCURSAIS – PESSOAL DIRIGENTE – DESIGNAÇÃO DOS JÚRIS;** -----

----- **PONTO TRÊS: DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – MANUTENÇÃO DE REDES SECUNDÁRIAS DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL – EMPRÉSTIMO;** -----

----- **PONTO QUATRO: CONTRATO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE – MUNICÍPIO DE VAGOS – PRIO ADVANCED FUELS, SA – TRANSMISSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL;** -----

-----**PONTO CINCO: RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTRUÍDOS OU GRAVEMENTE DANIFICADOS EM RESULTADO DE CATÁSTROFE – DECRETO-LEI N. 130/17, DE 09 DE OUTUBRO – DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE RECONSTRUÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS E A HABITAÇÃO SECUNDÁRIA – PROPOSTA.** -----

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Manuel Jesus Martins, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Xavier Prior Neto, Sérgio Domingos, em substituição de Elisabete Pequeno e Sara Andrade em substituição de José Augusto Martins, eleitos na lista do PSD. -----

----- Jorge Henrique da Graça Pereira, Patrícia Neves Ferreira, Paulo Alexandre Ferreira Malta e Mabel dos Santos em substituição de Basílio de Oliveira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Manuel de Oliveira Gaspar, eleito na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Maria Helena Marques, José Augusto Ferreira Martins, Elisabete Costa Pequeno, Basílio de Oliveira, Maria Pedro da Silva, Bruno Julião e Hermes Jorge Rodrigues Fernandes. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente João Paulo Sousa Gonçalves e os Vereadores, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Maria Dulcília Martins Sereno, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 26 de abril de 2018.** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a votação a ata da sessão realizada no dia vinte e seis de abril de dois mil e dezoito, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes nas respetivas sessões.-----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre vinte e sete de abril e vinte e nove de junho de dois mil e dezoito. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. -

-----**C – Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelos senhores Deputados Maria Helena Marques, José Martins, Elisabete Pequeno, Maria Pedro Silva, Hermes Fernandes, Basílio de Oliveira e Bruno Julião à sessão de hoje. -----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- A pedido do grupo de trabalho para o setor da Educação o senhor Presidente da Mesa procedeu à leitura do relatório de trabalho, que foi distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal presentes nesta sessão e que irá ficar anexado à presente ata. *“1º RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VAGOS - 1. CONTEXTO -No final de 2017, no respeito pelo Regimento da Assembleia Municipal de Vagos (AMV) e da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a AMV aprovou a criação de um Grupo de Trabalho sobre a Educação (GTE); a resolução aprovada determinou ainda apresentação de relatórios à*

AMV por parte do GTE. 2. AÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DA EDUCAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VAGOS-O GTE tem desenvolvido o seu trabalho através de inúmeras reuniões e do contacto com várias instituições e os seus responsáveis. Tem apelado a uma maior abertura a soluções diversas e perante cada desafio específico. Nesse sentido, contribui para inovar na forma como a AMV interage com a realidade do concelho, como se empenha nas causas sociais, destacando-se também a conduta supra partidária dos seus membros. O GTE tem analisado a questão mais premente que se coloca em Vagos no setor da educação, relacionada com o Colégio Diocesano de Nossa Senhora da Apresentação (CDNSA), escola da rede particular e cooperativa, com contrato de associação com o Estado. Procurou-se problematizar o argumento da instituição que afirmara não possuir viabilidade financeira no modelo de exploração atual, assente em rendimentos provenientes dos contratos de associação. Neste âmbito, foram realizadas várias reuniões para se apreciarem os elementos recolhidos em várias iniciativas de trabalho, entre as quais: - Encontro com Bispo de Aveiro, Sr. D. António Manuel Moiteiro Ramos; - Audição do Presidente da Câmara Municipal de Vagos, Dr. Silvério Regalado; - Encontro com o Sr. Diretor do Colégio Nossa Senhora da Apresentação, Prof. Luís Oliveira, e visita às instalações. 2 Por outro lado, iniciou-se já um trabalho de auscultação do ponto de situação e dos desafios da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vagos, através de uma reunião com o seu Diretor e uma visita às instalações. O GTE continuará a acompanhar e a estudar o desenvolvimento destes e de outros assuntos, bem como a relatar à AMV os resultados dessas ações e reflexões. 3. Desafio DO COLÉGIO DIOCESANO DE NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO - Ao longo destes meses decorreu um processo negocial sobre o contrato de associação já mencionado e o futuro do CDNSA. As entidades envolvidas nesta discussão têm sido a Secretaria de Estado Adjunta e da Educação, a Direção Geral de Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços do Centro, a Câmara Municipal de Vagos, a Diocese de Aveiro, a Direção do CDNSA e o Agrupamento de Escolas de Vagos. A discussão entre os intervenientes tem decorrido com seriedade e responsabilidade, atitudes decisivas para se alcançar a solução que está neste momento em fase de operacionalização. Igualmente, as reflexões no GTE têm sido de utilidade para a rede de contactos que cada elemento do GTE dispõe junto de várias entidades. Face ao que cenário atual e ao que resulta desta negociação, o GTE identificou os seguintes desafios prementes do CDNSA: I) Captação de alunos - O Governo português assume a existência de uma carência na rede pública na zona sul do concelho e, em articulação com esta rede pública, divulgou um Aviso de abertura de procedimentos para celebração de contratos de associação para o ano letivo 2018/2019. No que respeita ao concelho de Vagos, o Aviso deste ano alargou a área geográfica para os alunos das turmas do início de ciclo do CDNSA, passando a incluir a freguesia de Santo André de Vagos. Assim sendo, as turmas de início de ciclo que o Governo aprovará para o próximo ano letivo, e que o CDNSA se comprometeu a preencher, são as seguintes: 4 turmas de 5º ano (mais 1 que em 2017), 5 turmas do 7º ano (mais 2 que em 2017) e 4 turmas do 10º ano (mais 3 que em 2017). Compete ao CDNSA promover a constituição destas turmas, no respeito pelas normas vigentes na Lei e no Aviso citado. II) Gestão de recursos humanos - No quadro das

regras da gestão escolar privada, o recrutamento do pessoal auxiliar e de professores pelo CDNSA i) permitiu consolidar um objetivo de melhor apropriação dos valores da instituição, bem como alguma estabilidade pedagógica; ii) por outro lado, tratou-se de uma opção que resultou no crescimento das necessidades financeiras. Hoje, o CDNSA tem vinculados 122 recursos e alguns litígios laborais. O CDNSA, face à sua situação financeira, pode propor acordos e, quando necessário, tendentes a desvinculações. III) Gestão infraestrutural - A opção do CDNSA pelo significativo crescimento infraestrutural criou i) um espaço com uma maior notoriedade e versatilidade; ii) por outro lado, criou desafios crescentes ao nível da manutenção da qualidade e rentabilidade dos espaços. O CDNSA pode criar um grupo de trabalho que procure a rentabilização desses recursos, com atividades extra curriculares, visando a captação de receitas. IV) Atratividade da instituição - As reuniões sobre o futuro do CDNSA entre as várias entidades decorrem num ambiente aberto e focado em soluções. As notícias sobre o possível encerramento da Escola podem gerar efeitos potencialmente negativos para a atratividade da escola perante as famílias que anualmente pretendem inscrever alunos. O CDNSA deve gerir os seus desafios e dificuldades em diálogo permanente com entidades competentes.

4. DESAFIOS CONSEQUENTES PARA A COMUNIDADE VAGUENSE - I) Evolução demográfica - As projeções demográficas da população escolar do concelho de Vagos vão no sentido de diminuição e envelhecimento da população, como nos indica o Plano Estratégico do Município, sendo necessário atentarmos à evolução por zonas do concelho, para uma melhor perceção do futuro impacto na rede escolar. Em particular, no que respeita à população escolar, é possível de verificar uma forte tendência de diminuição de inscrições de alunos no primeiro ciclo. □ Importa assumir esta tendência geral e as suas consequências, bem como discuti-las no âmbito do Projeto Educativo e da Carta Educativa Municipais. II) Contrato de associação - Para além do ponto anterior, conexo a este, acresce que os detalhes dos contratos de associação com o Estado Português continuam a ser definidos todos os anos, pelo que é prudente antecipar, anualmente, alterações ao contrato com o CDNSA ou mesmo considerar a possibilidade da inexistência desse contrato. Importa acrescentar a esta reflexão a necessidade já existente de injeção de capital municipal, em valor significativo, para um contrato de comodato da piscina do CDNSA e agora de aluguer de instalações do CDNSA para o 1º Ciclo. □ Sugerimos que o CDNSA, os seus proprietários e a autarquia estudem e preparem propostas alternativas ao contrato de associação, credíveis e bem fundamentadas, que sejam benéficas para todos. 29.06.2018 O Grupo de Trabalho de Educação da Assembleia Municipal de Vagos.” A este propósito, e porque é o primeiro relatório deste grupo de trabalho o senhor Presidente da Assembleia Municipal, que também fez parte, quis deixar uma palavra de profunda gratidão e apreço pelo trabalho desenvolvido por todos membros que deste grupo fez parte. Este grupo de trabalho foi fantástico na forma como abraçou esta causa e teve na ação e no terreno um trabalho muito acima das querelas partidárias e abraçando de forma muito digna o que são as verdadeiras preocupações nesta área da educação, no Colégio em particular e da EPADRV. Este é um excelente modelo que dignifica a Assembleia Municipal e os Deputados da Assembleia Municipal e, portanto, é de continuar esta forma de fazer política. -----

----- A senhora Deputada Mabel dos Santos usou da palavra para solicitar o esclarecimento de algumas situações. Em primeiro lugar questionou sobre o *feedback* da questão que colocou na última sessão da sobre a construção de um armazém/oficina nas Bordadas da Gândara, que a senhora Deputada e as pessoas que lá vivem continuam a dizer que constitui perigo para a saúde pública. Em segundo lugar perguntou qual o ponto de situação do Posto de Saúde de Covão do Lobo. Entretanto, referiu que a sinalética da estrada que está a ser intervencionada, Rines/Sanchequias, é insuficiente nos desvios. Todos os dias se ouvem transportadoras dizer que não se consegue chegar aos locais sem andarem às voltas. Outra situação que referiu prende-se com os cães abandonados. Em Câmara Municipal foi aprovada uma verba para a instituição Gaticão, aprovada por unanimidade, e com a qual a senhora Deputada concorda plenamente. A questão que se coloca é: Como estão a ser tratados os animais abandonados que vagueiam nas estradas das Freguesias do Concelho de Vagos? Há dias abandonaram um cão junto ao armazém da senhora Deputada que o acolheu, alimentou e cuidou. Entretanto, telefonou para a Veterinária Municipal a dar-lhe nota da situação e não obteve *feedback*. A senhora Deputada ficou com o animal a aguardar, conforme a Veterinária lhe disse, que passa-se por lá alguém a verificar se o animal teria chip, mas ninguém, passou. Alguns dias depois, ao regressar ao seu armazém, depois da hora de almoço, verificou que estava na estrada um animal de porte médio grande e pensou que poderia representar algum perigo e ligou para a Veterinária Municipal que lhe disse que não havia colaborador na Câmara Municipal e que nada podia fazer pelo animal e a única coisa a fazer era publicitar a situação, para ver se aparecia o dono, e sugeriu que a senhora Deputada tirasse fotografias e lhe enviasse. Posto isto, qual é o seu espanto quando ao fim de uma hora lhe aparece no armazém o colaborador da Câmara Municipal a quem ela relatou os factos que havia vivido nos últimos tempos. O senhor o que lhe disse foi para ela não voltar a telefonar para a Câmara Municipal enquanto não tiver o animal consigo, ou seja, terá de agarrar o animal, guardá-lo ali consigo, aguarda que ele venha para verificar se ele tem chip. A senhora Deputada pergunta se este é o procedimento correto nestas situações. -----

----- A senhora Deputada Patrícia Ferreira usou da palavra e perguntou se já havia alguns desenvolvimentos em relação à recolha de resíduos sólidos, uma vez que iria realizar-se uma reunião com os três Municípios que têm protocolo com a empresa. A senhora Deputada perguntou, também, de que forma era feita a higienização dos contentores e a substituição dos mesmo quando eles estão estragados. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que na Freguesia de Ouca há uns tempos atrás houve um desabamento de terras, foi feita uma intervenção por parte dos serviços operacionais da Câmara Municipal e foi depois comunicado à Junta de Freguesia que seria necessária uma intervenção de maior porte. Neste sentido, o senhor Deputado gostaria de saber em ponto se encontra a situação. Outra questão que referiu prende-se com a requalificação do largo da Capela da Carregosa e com alguns ajustes que foram feitos ao projeto desta obra. O senhor Deputado quer saber o ponto de situação das alterações. Por último, quis saber o ponto de

situação dos contratos de comodato das antigas escolas primárias da Freguesia de Ouca, porque há a necessidade de formalizar alguns acordos com algumas associações. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referindo-se às Festas de Vagos e à mostra cultural, que normalmente vem sempre associada a este evento, e que começa a ter algum relevo, sugeriu que se fosse um pouco mais longe. O senhor Deputado gostaria muito de ver esta Mostra Cultural mais abrangente, que pudesse estender os seus braços e acolher, também, todas as possibilidades que Vagos tem e trazê-las a este evento. A colaboração com a Biblioteca Municipal é muito importante mas Vagos tem potencialidades que as vezes precisam também de espaço e ocasião para se afirmarem. Outra questão que levantou prende-se com o projeto Vagos em Ação que chega a esta altura e vai de férias e ouvem-se as pessoas a dizerem que vão ter de parar um, dois, três meses. O senhor Deputado considera que se pode olhar para este projeto no futuro e ter em atenção que muitas destas pessoas têm, com este projeto, uma possibilidade de socializar, porque os encontros duas vezes por semana nas Freguesias servem não só para participar. O reagendamento do projeto para a Quinta do Ega e para a praia da Vagueira não deixa de ser uma ideia interessante mas a maior parte não participa porque não tem transporte para se deslocar. Há pessoas que precisam de continuar a ter estes momentos nas Freguesias. Por fim, o senhor Deputado quis deixar um profundo agradecimento à Câmara Municipal, como membro desta Assembleia e também como responsável Diocesano do Ensino Religioso nas Escolas. No dia 29 de maio estiveram na Quinta do Ega quatro mil e duzentos alunos oriundos de escolas da Diocese de Aveiro, bem como cerca de trezentos professores e auxiliares que foram muito bem recebidos e levaram daqui uma bela recordação, porque Vagos soube acolher, Vagos soube receber. Assim, agradeceu: ao senhor Presidente da Câmara, que abriu a primeira porta; ao senhor Vereador Pedro Bento e aos funcionários da Câmara Municipal que foram incansáveis no apoio que prestaram, sempre disponíveis e cumpridores; à Proteção Civil; aos Bombeiros Voluntários de Vagos; à GNR. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que o grupo municipal do CDS apenas pretende saber, e porque hoje, mais uma vez, foram hasteadas as Bandeiras Azuis nas praias do Areão e Vagueira, da qual todos devem sentir orgulho, do ponto de situação da vigilância das praias e se o executivo está a acompanhar. A questão dos nadadores salvadores, ou da falta deles, é um problema quase nacional. O número de nadadores salvadores necessários está relacionado com o número de planos integrados, já que estes permitem a redução do número de salvadores se houver investimentos em meios extra como motos de água ou motos quatro. O que pretende é saber se o executivo está a par do assunto e se está a fazer todos os possíveis para não se ter problema nas praias do Concelho de Vagos. -----

----- O senhor deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por referir que o grupo de trabalho para o setor da educação fez um excelente trabalho e foi um excelente exemplo que deu. Para o Partido Socialista foi uma honra ter feito aquela proposta que depois foi aprovada pela Assembleia Municipal. Mais importante do que tudo é que este grupo de trabalho foi muitíssimo oportuna nomeadamente em relação ao problema do Colégio de Calvão. O senhor Deputado

acredita, muito sinceramente, que aquilo que se conseguiu aconteceu porque se conseguiu estar unidos em Vagos em prol daquilo que era mais importante para todos. A segunda questão que abordou prende-se com a resposta do ACeS em relação à questão da Extensão de Saúde do Covão do Lobo. A resposta que foi enviada é claramente insuficiente e insatisfatória, além de muito mal escrita. A mensagem não é boa e esta Assembleia Municipal não pode ficar com uma resposta como esta, ou seja, há mais de trezentas pessoas no sul do Concelho que não têm médico de família, que os dados não permitem nenhuma decisão e depois faz ali meio desafio à Câmara Municipal um pouco inconsequente. O senhor Deputado considera que se devia voltar ao assunto de uma forma mais sustentada com alguns números e com alguns argumentos. Entretanto, chamou à atenção para uma outra questão, isto é, o Conselho Diretivo do ACeS é constituído por três pessoas e uma delas é o Presidente do Conselho da CIRA que é suposto fazer a ligação entre as Autarquias que são abrangidas pelo ACeS e o Conselho Diretivo. O senhor Deputado não sabe se houve alguns contactos feitos com o Presidente da CIRA e se houve algumas diligências feitas por ele mas ele tem responsabilidades de prestar contas sobre aquilo que está lá a fazer, porque ele está lá enquanto representante de todas as Autarquias envolvidas. Neste sentido, valia a pena dizer ao eng^o Ribau Esteves que eventualmente deveria vir à Assembleia Municipal prestar alguns esclarecimentos sobre a situação da saúde no Concelho de Vagos e aquilo que se poderia fazer no futuro. A terceira questão que abordou prende-se com o lixo e o tratamento do lixo. A percepção que se tem é que a situação não está boa, antes pelo contrário, está bastante mal e a agravar-se. Em muitos sítios não há limpeza de bermas, junto às florestas continua a amontoar-se algum tipo de detritos e há outros materiais, domésticos e industriais, que não têm onde ser colocados. Por exemplo, na Av. Principal da Vagueira estará lá um terreno que está praticamente a servir de lixeira com um cheiro nauseabundo e com animais variados. O senhor Deputado apresentou uma proposta de criação de um serviço da Câmara Municipal de Vagos de recolha de resíduos com um grupo de intervenção anti lixo na natureza e na via pública. O senhor Deputado questionou, ainda, se no âmbito dos armazéns municipais está prevista alguma valência em termos de tratamento de lixo e, se sim, qual e qual o plano de funcionamento. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por perguntar qual o ponto de situação das obras da estrada Rines/Sanchequias. A outra questão que abordou, e que é comum a todos, tem a ver com o lixo. No dia quinze de outubro de dois e dezassete ouve um problema gravíssimo no Concelho, como todos sabem, e a maior parte da população foi afetada com a questão dos incêndios. Além o problema da floresta e da mata queimada deixou a descoberto um outro problema. As lixeiras clandestinas. Neste momento, porque a mata foi queimada ficou preta mas limpa deixou à vista muitas lixeiras que a maior parte nem se sabia que existiam e que são um perigo para a saúde pública, além do mau aspeto que dá. A Câmara tem alguma responsabilidade/obrigação na limpeza mas esta situação é resultado da falta de civismo por parte das pessoas. Na zona sul o senhor Deputado já teve alguns problemas pessoais com pessoas que deitam lixo, já chamou o CEPNA algumas vezes, já quase foi agredido por uma pessoa. Há comerciantes de batatas que insistentemente despejam batatas nos pinhais e nas lixeiras que

provoca um cheiro nauseabundo, e não se está a falar de um saco ou dois de batatas mas sim de toneladas de batatas. O senhor Deputado sugere ao senhor Presidente da Câmara Municipal que tome medidas quanto à questão das batatas e quanto à questão destas lixeiras e à sensibilização das pessoas. Tem de haver um tratamento rápido a estas lixeiras. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. Para começar quis deixar uma palavra ao grupo de trabalho para o setor da educação, com quem a Câmara Municipal sempre colaborou, dizendo que este tipo de grupos constituídos na Assembleia Municipal podem, e devem, contribuir para aqueles que são os objetivos comuns do Município, e neste caso concreto foi assim. Esta colaboração e esta forma construtiva de estar na política deve sempre prevalecer e naquilo que diz respeito à Câmara Municipal, tal como nesta ocasião, terá sempre disponibilidade para o que for necessário e sempre que os senhores Deputados o entenderem. Em relação à situação do Colégio de Calvão as coisas estão bem encaminhadas e é de todo conveniente haver, até à resolução final, alguma contenção do ponto de vista da comunicação e como este trabalho foi partilhado por todos os grupos municipais é possível que dentro dos mesmos saibam o ponto de situação de tudo. O que o senhor Presidente quis foi deixar aqui uma palavra de esperança quanto ao futuro do Colégio e o trabalho que está a ser feito no terreno pela Câmara Municipal, pelo senhor Vereador da Educação, pelos serviços da Câmara Municipal em geral, pela direção do Colégio, pela Junta de Freguesia, pela Associação de Pais, pelos Professores, pelo Agrupamento de Escolas de Vagos, pelo senhor Bispo e a Diocese, e pela senhora Secretária de Estado da Educação. Todas estas pessoas estão a lutar no mesmo sentido e na mesma direção e, portanto, reúne todas as condições para que a situação corra bem. Relativamente ao “alegado” armazém construído, e se for o que o senhor Presidente está a pensar, trata-se de um armazém que foi construído para responder a uma situação de emergência que sucedeu ao fogo de outubro e que destruiu tudo o que alguém tinha. O processo está a ser acompanhado pela Câmara Municipal, na próxima semana haverá mais uma reunião com os requerentes para se resolver a situação o mais rápido possível e dentro da lei. Em relação ao posto médico do Covão do Lobo nas entrelinhas da resposta do ACeS é possível perceber qual é a verdadeira razão de não haver médico e a “culpa” é das cativações do senhor Ministro da Finanças. O problema é que não há recursos financeiros para colocar mais médicos, não só no posto médico de Covão do Lobo mas em todo o país. É conhecido o risco que se corre neste momento na área da saúde, com a passagem das quarenta para as trinta e cinco horas semanais e as necessidades que isso vai gerar ao nível do pessoal, nomeadamente dos enfermeiros. Todos conhecem a situação grave que o país atravessa na área da saúde, e em outras, mas esta em especial porque se está a falar de pessoas e da sua saúde. Há aqui uma responsabilidade clara de uma estratégia do Governo onde se incluem as cativações e depois os recursos não chegam às pessoas. A Câmara Municipal está disponível, como sempre esteve, de lutar pelos direitos das pessoas do sul do Concelho, nomeadamente as pessoas do Covão do Lobo, para terem direito a ter a saúde que merecem. Nesta fase já se está a tratar de agendar uma nova reunião com o Presidente do ACeS, esse sim o responsável pela articulação com os

Municípios e não o Eng^a Ribau Esteves. A questão da sinalética Rines/Sanchequias não houve nenhum reporte da fiscalização mas o senhor Presidente irá procurar saber o que se passa e se a sinalização existente é a suficiente ou não. Há um plano de desvios que é aprovado e um plano da obra que tem de ser respeitado. Na questão dos animais abandonados, o senhor Presidente não irá contrariar a senhora Deputada mas custa-lhe acreditar que a Veterinária Municipal tenha dito que não pode fazer nada pelos animais e para não telefonar para a Câmara Municipal. Este tipo de resposta não parece razoável que algum funcionário ou a Veterinária Municipal tenham dado este resposta e se a deram, obviamente, erraram. Esta é uma matéria delicada, como todos sabem, e a Câmara Municipal tem feito um trabalho enorme, um grande investimento. Ainda há pouco tempo voltou a aprovar-se em reunião de Câmara mais um subsídio para a Gaticão para que se pudessem fazer as obras necessárias. A Gaticão tem duzentos e tal animais, quando o protocolo inicial era para cento e qualquer coisa e, portanto, tem muitos mais animais hoje do que aqueles que estavam protocolados. Esta é uma matéria muito delicada no futuro da gestão municipal. O que a Câmara Municipal tem vindo a fazer é a ligação com a Gaticão ajudando financeiramente para que esta proceda às obras, de acordo com a legislação em vigor, para poder legalizar o canil que tem. Tem-se apostado também em campanhas de adoção oferecendo as vacinas e o chip, está-se a desenvolver um projeto para a criação de mini canil e gatil nas instalações dos armazéns de Santo André que irá funcionar como posto de recolha para que depois os animais possam vir a ser transferidos para o canil intermunicipal, que já está em projeto. A questão da recolha dos resíduos sólidos urbanos é um problema delicado que se tem. Há um contrato que é válido e que está em vigor com uma empresa com quem tem havido dificuldades de trabalho, nomeadamente na questão do cumprimento integral do caderno de encargos ao qual concorreu. O preço que é pago hoje pela recolha é bastante reduzido tendo em conta a média dos concursos desta região. Obviamente, que há a consciência que o serviço prestado não é aquele que se desejaria e, por isso, tem sido feitas várias reuniões, em conjunto com os Municípios de Oliveira do Bairro e Albergaria-a-Velha, que têm exatamente os mesmos problemas que Vagos, porque o concurso foi exatamente o mesmo assim como o caderno de encargos o mesmo. No contrato está previsto a retirada de um número substancial de contentores que o Município ainda não permitiu, precisamente porque se entendeu que são precisos. A retirada dos contentores seria num pressuposto do serviço melhorar e poder-se ter menos contentores na rua e melhorar a eficácia da recolha. A Câmara Municipal não permite ainda a retirada desses contentores porque o serviço não corresponde àquilo que se deseja. Ainda esta semana havia o compromisso de começar a higienização dos contentores na segunda-feira e não começou, porque a empresa alegou baixa de um dos motoristas, depois na terça também não e, entretanto, começou na quarta e continuaram ontem e hoje. Esta dificuldade de lidar com a empresa tem sido permanente e tem sido feito um esforço redobrado na gestão do contrato por parte da equipa de trabalho que acompanha esta área. Um dos cenários que já foi colocado em cima da mesa à empresa é a rescisão do contrato, caso este continue a não ser cumprido, e abrir um novo concurso para alguém que cumpra, de facto, com aquilo que a Câmara Municipal quer ao nível da qualidade do serviço. Esta questão está

interligada com uma série de situações, nomeadamente campanhas de sensibilização. Há aqui um trabalho que tem de ser feito por todos, até porque de repente um proprietário descobre que tem uma lixeira no seu terreno, e para efeitos de contraordenação, ele é o responsável pelo lixo que está no seu terreno. Esta situação, obviamente, é de uma profunda injustiça, porque a pessoa não tem culpa absolutamente nenhuma e só porque alguém decidiu por lixo no seu terreno ele é responsabilizado e tem de responder pela situação. Tem de haver aqui um trabalho conjunto de sensibilizar as pessoas para não terem este tipo de comportamentos e de atos, porque não se justifica uma vez que há um serviço de recolha de monos ao domicílio, basta telefonar para a Câmara Municipal. Este é um dos serviços que a empresa de recolha de resíduos está a cumprir mais do que estava inicialmente previsto no contrato. Inicialmente estava previsto uma vez por mês e a recolha está a ser feita todas as semanas. Mas, pelos vistos, ainda assim não chega. A Câmara Municipal tem nesta questão uma responsabilidade que é apostar mais nas campanhas de sensibilização, sobretudo nas escolas, onde tem sido feito esse trabalho através da técnica do ambiente da autarquia. É um trabalho que não terá frutos num curto prazo mas terá que ter no longo prazo. Em relação à empresa de recolha dos resíduos a decisão que vier a ser tomada será sempre em consonância entre os três Municípios. Mas o mais importante era resolver a situação e que a empresa prestasse um bom serviço. Relativamente ao desabamento de terras na Freguesia de Ouca está a ser tratado pelos serviços operacionais tal como os ajustes ao projeto do largo da Carregosa. Em relação aos contratos de comodato as Juntas de Freguesia demoraram algum tempo a mandar, porque devem ter esperado pelo novo mandato para o fazer. Neste momento, já há alguns contratos assinados e que serão entregues na próxima semana. Relativamente às Festas de Vagos e à Mostra Cultural o senhor Presidente está integralmente de acordo com aquilo que disse o senhor Deputado Sérgio Martins. A Câmara Municipal tenta sempre envolver as associações culturais do Concelho e procura que não sejam exatamente sempre as mesmas todos os anos. Este ano houve a oportunidade de concorrer ao projeto da cultura em rede, no âmbito da CIRA, e muitos dos momentos culturais que se realizaram foram financiados por fundos comunitários e foram muito bem escolhidos, muito agradáveis, tendo alguns deles envolvido as associações locais. O que se tem tentado de ano para ano é diversificar o programa para não se tornar monótono e pouco interessante. A questão do Vagos em Ação foi tomada em boa nota. Em relação ao encontro diocesano a Câmara Municipal está sempre disponível para acolher essas iniciativas, sobretudo quando elas envolvem tantas pessoas vindas de todo o distrito de Aveiro porque é uma forma de marketing territorial importante para promoção do Município de Vagos. Relativamente à questão dos nadadores salvadores se não estivesse tudo resolvido a tempo e horas não teria havido hastear da Bandeira Azul, quer na praia do Areão quer na praia da Vagueira. A Câmara Municipal fez atempadamente, e nos modelos dos anos anteriores, um plano integrado, quer na praia da Vagueira que na praia do Areão, e, portanto, há meios que atuam em redundância. Tudo isto é montado com os concessionários, com o NEVA e com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos. Aquilo que se procura é ter a praia o máximo segura. No que respeita as obras da estrada Rines/Sanchequias foi solicitado ao empreiteiro uma

pequena alteração no método de trabalho. A Câmara Municipal definiu com o empreiteiro e com os senhores Presidentes de Junta da conveniência da obra ser tratada por troços, ou seja, o primeiro troço ir até ao ponto de descarga nove e depois criarem-se mais frentes de trabalho no sentido de não ter a extensão da obra intervencionada toda ao mesmo tempo. Nesse sentido foi solicitado ao empreiteiro que apresentasse uma reprogramação dos trabalhos. Esse trabalho está a ser feito que é para depois se perceber se do ponto de vista da execução está a ser cumprida ou não. Naquilo que tem sido a informação da fiscalização é que estão a ser cumpridos os *timings*. Do ponto de vista do trabalho, neste momento, está a ser feita toda a escarificação da estrada desde Rines, uma parte significativa das águas fluviais já foram colocadas e, portanto, ao que parece as obras vão decorrendo dentro da normalidade. Este troço que está a ser intervencionado é o mais simples da obra, quando se entrar na zona urbana as coisas ir-se-ão complicar um pouco mais porque as estruturas existentes são muito mais do que aqueles que existem neste troço. -----

----- o senhor Deputado Arlindo das Neves usou da palavra e relativamente aos cheiros nauseabundos num terreno na Vagueira referiu que a Câmara Municipal está ocorrente da situação. Hoje mesmo deu conhecimento da situação ao senhor Presidente da Câmara Municipal e solicitou uma reunião para falarem sobre o assunto e encontrar a melhor forma de resolver o problema. O senhor Arlindo teve a preocupação de ir verificar de onde vinham os cheiros e verificou que eram oriundos de estrumes largados em terrenos que estão a ser cultivados. -----

----- A senhora Deputada Andreia Marques usou da palavra e na qualidade de membro do ACeS eleita pela Assembleia Municipal referiu que na penúltima Assembleia Municipal, onde o senhor Deputado Óscar não esteve presente, explanou as últimas intervenções que foram tidas nomeadamente pelo eng^o Ribau Esteves na reunião do conselho realizada. A explicação que foi dada pelo Dr. Pedro Almeida e pelo ACeS no relatório que foi enviado de grosso modo vai de encontro àquilo que a senhora Deputada já havia aqui dito. Há neste momento a necessidade de mobilizar os utentes da Ponte de Vagos no modelo de CSP para contratualizar um novo médico de família para o Posto Médico do Covão do Lobo ou então avançar para uma USF que poderá resolver esta questão sem ter que mobilizar as pessoas. Quer a contratação de médicos de família, que não padece só o Concelho de Vagos e que é transversal a toda a região Centro, e que foi esplanada caso a caso pelo Dr. Pedro Almeida na reunião do conselho diretivo, quer a própria USF que está projetada no ACeS não avançam se não tiverem as cativações e não houver verba disponível para contratualizar recursos humanos. -----

----- O senhor Deputado Xavier Prior usou da palavra para congratular a Câmara Municipal pela dinamização que tem sido feita no concelho. Entretanto, questionou se foi feito um balanço, e qual o resultado, relativamente às Festas do Município. Em relação ao autocarro que está a fazer o transporte para as praias, durante a época balnear, e aos horários e as paragens que aparecem nos cartazes já criou algumas dúvidas e o senhor Deputado gostaria que fosse esclarecido o texto. O senhor Deputado questionou, ainda, se não seria importante definir outras paragens, para além das definidas, para as restantes Freguesias do Concelho. -----

----- O senhor Deputado Albano Gonçalves usou da palavra e referiu que relativamente ao Posto Médico de Covão do Lobo andam todos a trabalhar no sentido de reabrir aquelas instalações. O Posto Médico está aberto mas apenas para receber as marcações de consultas para Ponte de Vagos. A Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo anda neste momento a fazer um trabalho, que segundo o senhor Deputado é quase uma humilhação, que é andar de porta em porta a perguntar às pessoas se elas querem ou não pertencer ao Posto Médico de Covão do Lobo. Esta situação tem de ser resolvida, porque marcam-se reuniões atrás de reuniões e não se toma decisão nenhuma. Em relação às obras na estrada de Rines Sanchequias de facto a sinalização para os desvios não é a melhor e, por isso, terá de haver ali mais alguma informação para as pessoas não andarem às voltas. -----

----- o senhor Presidente da Câmara usou da palavra e informou de que tal como o senhor Deputado Arlindo das Neves referiu a situação dos maus cheiros na Vagueira, oriundos de um terreno, está a ser acompanhada pela autarquia. Em relação ao Posto Médico de Covão do Lobo tem de se continuar na luta e fazer-se tudo o que estiver ao alcance para se conseguir resolver a situação. A questão é que no Concelho de Vagos faltam dois médicos, um no Posto Médico do Covão do Lobo e outro no Posto Médico de Soza. Neste momento há cerca de mil e setecentos utentes em Soza que não têm médico de família. Em relação à sinalética nas obras da estrada Rines/Sanchequias ir-se-á falar com o empreiteiro para corrigir essa situação. Relativamente às Festas de Vagos no último mandato foi alterado, ligeiramente, o modelo, porque a Semana Cultural e as Festas eram em separado e decidiu-se juntar as duas iniciativas. O balanço destes primeiros anos foi positivo. No entanto, já se reconheceu que há necessidade de mudar e repensar o modelo criando algumas situações diferentes já no próximo ano. Era muito importante que a sociedade civil também assumisse aqui uma parte da componente mais pagã, que houvesse uma comissão que organizasse uma parte das festas. A Câmara Municipal é que tem, nos últimos anos, assumido essa parte. A questão do autocarro de verão os horários foram lançados para a próxima semana, embora já esteja a ser preparado um modelo alternativo, com horários diferentes e com mais paragens. Compromissos assumidos com o autocarro e os motoristas não permitiram ter uma solução diferente nesta primeira semana. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **E – Período da ordem de trabalhos:** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. Entretanto, pediu autorização à Mesa para, neste ponto da ordem de trabalho, o senhor Miguel Sá, Coordenador da Proteção Civil

do Município de Vagos, fazer uma breve explicação/ponto de situação da forma como estão a decorrer os trabalhos de limpeza da mata e dos terrenos no Concelho de Vagos. -----
----- O senhor Coordenador da Proteção Civil, Miguel Sá, usou da palavra para fazer uma breve síntese de como está a decorrer este processo da limpeza dos terrenos no Concelho de Vagos. O artigo 153º da Lei do Orçamento de Estado obriga a um regime excecional de atuação face às faixas de gestão de combustível, designação correta em termos florestais. O senhor Presidente Câmara Municipal logo a vinte e dois de janeiro de dois mil e dezoito faz um despacho onde forma grupos de trabalho internos que abrange sete setores, desde gabinetes, divisões, núcleos. Esses grupos de trabalho reuniram e estipularam prazos de intervenção. O primeiro processo que teve desde logo de ser feito foi o da marcação em planta das edificações sujeitas a esta faixa de gestão. A lei 124/2006, depois republicada pela 17/2009, depois ultima republicação da lei 76/2017, o que diz é que este trabalho já devia ter sido feito pelos proprietários mas por fruto da Lei do Orçamento de Estado que cria este regime de exceção onde os Municípios têm de intervir com prazos apertados. A primeira medida a tomar, depois da demarcação das parcelas, será a concentração nas prioridades. As prioridades são sempre as pessoas e depois os seus bens. Em relação às pessoas existem as edificações isoladas, e foram detetadas pelo Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios cerca de oitenta habitações isoladas que carecem de uma faixa de gestão de combustível de cerca de cinquenta metros à volta da habitação e calculou-se de que isto iria influenciar cerca de três mil e quinhentos proprietários, parcelas, terrenos. Este trabalho não se pode fazer no prazo apertado que foi dado, era exequível. Depois destas parcelas identificadas o segundo passo era elaborar e divulgar um edital onde informasse os proprietários de uma forma geral que os seus terrenos estavam influenciados por esta faixa de gestão de combustível. Este trabalho foi feito, foi divulgado pelas Juntas de Freguesia e entregue na GNR. Entretanto, o prazo inicialmente previsto até trinta e um de março foi alargado para trinta de maio. A terceira ação logo estipulada neste grupo de trabalho era a verificação se havia sido dado cumprimento ao edital. Neste momento, está-se na fase de chegar aos incumpridores, ou seja, aqueles proprietários que não executaram esta faixa de gestão de combustível. O Município está desde o início do mês, com equipas de trabalho, a substituir-se a estes proprietários incumpridores. Diariamente são recebidos na Câmara Municipal mais de dez proprietários para serem esclarecidos, porque os avisos chegam aos seus terrenos e eles querem saber porque é que estão a entrar nas suas propriedades. A maior parte deles entram indignados e saem esclarecidos. Entrar nas propriedade das pessoas é um trabalho difícil, cria problemas, cria desagradados mas tem corrido bem. Com os esclarecimentos prestados as pessoas percebem que a Câmara Municipal é parceira e não uma entidade que está a penalizar as pessoas. O que a Câmara apenas pretende é fazer-se substituir-se a estes proprietários por forma a resolver rapidamente a questão da faixa de gestão de combustível para que depois não lhes sejam aplicadas as coimas caso as autoridades competentes por lá passarem. Desde o início do mês já se está a entrar com trabalhos, toda a parte poente do Concelho de Vagos, desde Calvão à Boa Hora, está já a ser intervencionada por três grupos distintos que foram estipulados, ou seja, três empresas que foram contratadas pelo Município para executarem estas

três parcelas idênticas do território. A última fase será a Câmara Municipal fazer-se cobrar desta intervenção, mas será para depois, para já a preocupação é a continuação dos trabalhos. O Município foi fixando em cada terreno que estavam sujeitos a intervenção um aviso, embora a Lei não obrigasse, a informar os proprietários que tinham de efetuar essa limpeza. A legislação não contempla o aviso por parte do Município para alertar as pessoas, porque o proprietário tem obrigação de chegar ao seu trabalho mas a Câmara Municipal entendeu que este aviso era importante e resultou muito bem. Tanto é que a intervenção que é feita no terreno neste momento é muito reduzida porque os proprietários foram intervindo antes. Este aviso que Vagos criou foi extrapolado para a CIRA, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Vagos enquanto responsável da Proteção Civil da CIRA levou este procedimento de aviso dos proprietários para os onze Municípios. O Município está satisfeito com o trabalho e as pessoas estão informadas. -----

----- Quando eram cerca das 20h15m abandonou a sessão o senhor Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar e referiu que este documento de sessenta e seis páginas que o senhor Presidente enviou, basicamente, não diz grande coisa e não tem grande utilidade. Tirando a página quarenta e seis e seguintes, sobre a Proteção Civil, o resto é muito pobre e muito fraco, com informação desnecessária e repetida de sessão para sessão. Em termos de execução orçamental o que o documento diz é que a Câmara Municipal tem executado até à data 33,2% da despesa. Fazendo as contas de outra maneira o que isto quer dizer é que a Câmara Municipal ficou por executar mais um milhão e meio de euros no primeiro semestre. Quando se deixa despesa por fazer na ordem de, pelo menos, 20% daquilo que estava previsto não há grande autoridade para se fazer outro tipo de comentários. Na página sete há uma informação, sem grandes pormenores, e o senhor Deputado gostava de saber o que é que se passa com a senhora Maria Regina e com o processo em Tribunal, porque achou o assunto algo estranho. Na página trinta e cinco foi feita uma submissão a fundos comunitários, por causa do *wi-fi* e é importante, realmente, que se resolva esta questão seja na zona da Câmara, no Centro da Vila e, nesta altura do ano, na zona da Vagueira. E, basicamente, este documento não diz nada porque falha aqui informação daquilo que mais importante aconteceu no Concelho. Há dois assuntos que não poderia faltar neste documento. Uma delas tem a ver com o Colégio de Calvão e o senhor Deputado não consegue perceber como é que não há uma linha neste documento sobre este assunto. A ideia que dá é que este documento não é feito com o intuito de dar alguma informação e sim como proforma e com um rol de atividades sem critério. Outro ponto marcante no trimestre que agora termina foi das Festas da Vila, com um programa pouco aliciante. A parte cultural não foi nada de excecional, como já aqui foi referido pelo grupo municipal do PSD. A Câmara Municipal é o organizador e o financiador destas Festas e, portanto, o responsável único deste evento. Uma coisa é um arraial popular que pode ser organizado por cada um de nós outra coisa, supostamente, são as Festas do Município organizadas e financiadas pela Câmara Municipal. o senhor Deputado nada tem contra a animação popular mas a Câmara Municipal tinha obrigação de no dia mais nobre da festa ter tido outro tipo de enquadramento. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referido que tendo este Município provas dadas que os projetos intermunicipais funcionam, nomeadamente os projetos culturais. A Biblioteca Municipal tem tido uma dinâmica diferente, muito mais ativa, desde que tem adotado estas políticas do catálogo de atividades dos projetos intermunicipais. Nas Festas de Vagos o que se tem notado é que não há propriamente uma diversidade cultural na escolha dos artistas. Em termos de projetos intermunicipais há um grande exemplo de sucesso que é o Festival Festim, festival de músicas do mundo assente num projeto intermunicipal de músicas do mundo, nos Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Estarreja, Oliveira de Azeméis e Ílhavo. Este projeto tem sido uma aposta ganha. O senhor Deputado é de opinião que haja esta cultura mais popular mas também considera interessante um festival multicultural. Em relação ao documento apresentado como sempre o grupo municipal do CDS gosta sempre de fazer a análise das dívidas a empreiteiros e a fornecedores. Esta é a altura do recebimento da maior fatia do Governo Central, relativamente às verbas do IMI. O Município recebe 3,2 milhões de euros de comparticipação do IMI. Já foi aqui prometido de que iria haver um grande abatimento da dívida a fornecedores e a empreiteiros. Mas se a empreiteiros a dívida desceu 44% a fornecedores só desceu 11%, ou seja, na altura em que o Município recebe a maior fatia e que devia aproveitar esse dinheiro para pôr os valores em dívida, mais ou menos, em dia o que se regista é que basicamente a fornecedores abate um valor baixo. Entretanto, e uma vez que não aparece no documento, o senhor Deputado queria perceber, sendo esta a maior fatia do recebimento do IMI, qual é o valor da primeira *tranche* deste valor. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e realçou que no documento apresentado pode verificar-se que a dívida a empreiteiros e a fornecedores descera em relação àquilo que foi a informação anterior. As amortizações dos empréstimos também descera. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que concorda com a forma como a informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara é feita. Relativamente às atividades, e ao programa das Festas de Vagos, quando se prepara um evento deste género tem de se fazer para a comunidade, e não para um grupo restrito de pessoas, e desse programa deve constar alguma diversidade, precisamente para agradar a todos. A verdade é que a maioria das pessoas gosta do género musical mais popular e a prova disso é que nesses dias o recinto encheu e não se podem criticar os gostos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. Em relação às questões financeiras e senhor Presidente não sabe ao certo o valor executado de IMI durante o mês de maio mas é na casa de um milhão de euros. Os 3,2 milhões de euros são a execução anual, e que está na prestação de contas. O mês de maio é o mês que desde há muitos anos está reservado para pagamento de alguns empréstimos mais substanciais. O valor dos empréstimos sofreu decréscimos porque houve pagamento e amortizações de capital mas também já sofreu aumentos porque foi-se executando parte do empréstimo que a Assembleia Municipal autorizou para as obras da estrada Rines/Sanchequias. No fundo comparado com a informação de abril há um decréscimo mas,

entretanto, houve aqui movimentos contrários durante estes dois meses seguintes. O balanço de redução da dívida durante o mês de maio foi de cerca de setecentos e cinquenta mil euros. Em relação à questão dos projetos intermunicipais o exemplo do Festival Festim é um projeto interessante mas Vagos também tem projetos bons e com bastante impacto como o Vagos Metal Fest e o Vagos Sensation Gourmet. Em relação à Biblioteca o senhor Presidente esclareceu que a programação cultural em rede é uma coisa a questão da programação da Biblioteca é outra. A Biblioteca tem uma programação ao longo do ano que é feita pelos técnicos e pelos funcionários da Câmara Municipal que fazem com que a da Biblioteca tenha uma utilização muito interessante durante todo o ano. Quanto à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar o senhor Presidente não entendeu o porquê da intervenção relativamente ao Colégio de Calvão e ao facto de não haver qualquer referência ao Colégio de Calvão, mesmo depois do senhor Presidente ter dito que há informação que não deve, por enquanto, vir a público e deve ser tratada com alguma discrição para não condicionar as negociações. Em relação à questão da senhora Maria Regina trata-se de um processo de IMI, ou seja, tem a ver com uma propriedade que estava registada com um determinado valor e há uma contraposição por parte da requerente. Tem a ver com o processo de avaliação da sua moradia. O processo está para decisão judicial. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 07 de junho de 2018 -----

----- **PONTO DOIS: PROCEDIMENTOS CONCURSAIS – PESSOAL DIRIGENTE – DESIGNAÇÃO DOS JÚRIS;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal e esclareceu que estão a lançar os procedimentos concursais de acordo com aquilo que foi a autorização da Assembleia Municipal na aprovação do mapa de pessoal. O que se pretende é que a Assembleia Municipal aprove a constituição dos júris proposta para os concursos. As nomeações interinas já foram feitas, de acordo com o que está no mapa de pessoal, e agora realiza-se o procedimento concursal. O critério é que esteja o senhor Presidente como presidente do júri, enquanto Presidente da Câmara Municipal, e o Vereador do pelouro e estar um técnico da câmara Municipal, ou externo caso assim o justifique, ou como presidente do júri ter o Vereador dos Recursos Humanos com o Vereador do pelouro, da qual o concurso seja, e um técnico do município, ou externo caso se justifique. -----

----- O senhor Deputado Paulo Malta usou da palavra para referir que o grupo municipal do CDS considera que a constituição dos júris deveria abranger mais técnicos e menos pessoas com cargos políticos. -----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto à votação, tendo este sido **aprovado por maioria**, com 1 (uma) abstenção, do senhor Deputado do PS, e cinco (5) votos contra, do grupo municipal do CDS. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 07 de junho de 2018 -----

----- **PONTO TRÊS: DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – MANUTENÇÃO DE REDES SECUNDÁRIAS DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL – EMPRÉSTIMO;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e complementado a explicação do senhor Coordenador Civil, Miguel Sá, para fazer face a estas intervenções poder-se-á recorrer a um empréstimo e é essa autorização que se está a pedir à Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e informou de que irá votar a favor do empréstimo mas não exatamente pela explicação que o senhor Presidente acabou de fazer e sim para a justificação correta para o empréstimo, ou seja, é por o empréstimo acontecer sem juros. Ao senhor Deputado não lhe passa sequer pela cabeça que a Câmara Municipal não tenha cinquenta mil euros para pagar este projeto. Para a Câmara Municipal se endividar tem de haver um motivo e só faz sentido endividar-se se o custo financeiro da operação for inferior àquilo que a Câmara Municipal considere razoável. Assim, neste caso, com taxas de juro a 0%, este empréstimo é uma boa operação financeira para a Câmara Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que não se alongou mais em explicações porque foi distribuída a documentação aos senhores Deputados e parte-se do princípio que a tenham lido e, por isso, não faria sentido estar aqui a repetir tudo. É evidente que se a Câmara Municipal tivesse de assumir mais esta despesa deixaria de ter recursos financeiros para atender a outras situações. Nesta matéria foi o Governo a atirar as responsabilidades para cima do Município e, portanto, das únicas coisas boas que fez neste processo todo foi ter permitido aos Municípios que façam esta operação financeira que não os onera tanto no ano corrente. -----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto à votação, tendo este sido **aprovado por unanimidade**, pelos membros presentes. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 07 de junho de 2018. -----

----- **PONTO QUATRO: CONTRATO DE CONCESSÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE – MUNICÍPIO DE VAGOS – PRIO ADVANCED FUELS, SA – TRANSMISSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL;** -----

----- Apresentou o ponto o senhor Presidente da Câmara e esclareceu que a Prio solicitou à Câmara Municipal que esta fizesse uma cedência da posição contratual daquele contrato aprovado em dois mil e oito. O contrato diz, basicamente, que cedência da posição contratual obriga a que haja autorização por parte da Câmara Municipal. Os serviços jurídicos da Câmara Municipal entenderam, atendendo ao valor, que esta autorização teria de vir à Assembleia Municipal e não vêm qualquer inconveniente na cedência da posição contratual. A Câmara Municipal já recebeu, por parte da Prio, o valor total logo na assinatura do contrato, setecentos mil euros, e, portanto, não se vê qualquer inconveniente em fazer esta cedência da posição contratual. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o que é dito pela instrução do processo é que este pedido decorre de uma cisão da Prio. Aquilo que é público é que no ano corrente há várias operações que estão a decorrer, ou na Prio ou tendo a Prio como objeto, nomeadamente a sua alienação por parte da OXI Capital e também um processo em Tribunal sobre a propriedade da rede de postos de abastecimento. Tendo em conta esta situação, que não

é uma situação limiar, este ano, da Prio levará a que se tenham algumas cautelas. O senhor Deputado fez questão de perguntar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal os termos do contrato e ele confirmou, tal como o senhor Presidente da Câmara havia feito, que a Autarquia recebeu os setecentos mil euros aquando da contratação, portanto, supõe-se que não há nenhum problema, não há nenhuma garantia legal que subsista da parte da Prio em relação à Câmara Municipal. Nesse aspeto a operação é pacífica, sendo certo que para o senhor Deputado não é claro se a justificação que é dada no processo, por parte da Prio, é totalmente verdadeira. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra, e debruçando-se sobre a informação que existe, referiu que se forem analisadas algumas datas verifica-se que existe uma carta da Prio em trinta de janeiro de dois mil e dezoito que é toda feita em futuro, ou seja, há aqui uma parte que explica que é uma cisão da Prio. A cisão é a constituição e a divisão dos bens, a constituição de outra empresa. Entretanto, há alguns *e-mails* trocados a dois de fevereiro de dois mil e dezoito e uma possível reunião marcada com o senhor Presidente a dezasseis de fevereiro e três de março de dois mil e dezoito. Na carta da Prio não há referência alguma à nova sociedade, que não existe, portanto, ainda está para ser feita a cisão e a constituição da nova sociedade. Na informação da Câmara fala numa sociedade mas não há número de contribuinte da nova empresa, o que dificulta a pesquisa e o trabalho que se poderia fazer. Posto isto, a pergunta do senhor Deputado é porque é que só a vinte e nove de junho vem à Assembleia Municipal se já houve Assembleia antes desta e depois desta proposta e desta troca de *e-mails*. Há aqui alguma informação que falta na análise de todo o processo? -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e esclareceu que para além da assessoria jurídica a Câmara Municipal só tem uma jurista municipal e, portanto, ela deu a informação no dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezoito e, portanto, seguiu os trâmites normais, ou seja, foi à Reunião de Câmara seguinte e veio depois à Assembleia Municipal seguinte. Esta transferência contratual à primeira vista parece inócua porque a Câmara Municipal já recebeu tudo o que tinha a receber e perante esta análise jurídica o senhor Presidente não teve dúvidas de que tudo estava a ser feito de forma correta. -----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto à votação, tendo esta sido **aprovada por maioria**, com a abstenção do senhor Deputado Óscar Gaspar. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a discussão e aprovação o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara do dia 21 de junho de 2018. -----

----- **PONTO CINCO: RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTRUÍDOS OU GRAVEMENTE DANIFICADOS EM RESULTADO DE CATÁSTROFE – DECRETO-LEI N. 130/17, DE 09 DE OUTUBRO – DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE RECONSTRUÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS E A HABITAÇÃO SECUNDÁRIA – PROPOSTA.** -----

----- Apresentou o ponto a senhora Vereadora Sara Caladé e esclareceu que à semelhança do que se fez relativamente às habitações permanentes o diploma nº130/2017 previa também alguma

simplificação no licenciamento de outros edifícios. Esta simplificação destina-se também a edifícios destinados a exercícios de atividades económicas e de habitação secundária. No início a prioridade foi trazer à Assembleia Municipal e procedimento relativo às habitações permanentes. Neste momento está concluída a identificação de todas as edificações relativas às atividades económicas e às habitações secundárias e, portanto, é isso que aqui vem para aprovação. Isto vem na sequência do decreto-lei 130/2017 que prevê algumas simplificações ao licenciamento de reconstrução de edifícios destruídos na sequência de catástrofes, como a que aconteceu no dia quinze de outubro. Depois da identificação dos edifícios o que se propõe é, basicamente, o seu licenciamento, que podem não ser licenciamentos, podem ser comunicações prévias, isenções de alguns projetos de especialidades, no que às habitações diz respeito, e a isenção de taxas associadas a estas edificações. -----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu o ponto à votação, tendo este sido **aprovado por unanimidade**, dos membros presentes. -----

----- Encerrado o período da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão à intervenção do público, nos termos do artigo 23º do Regimento. -----

----- Do público não houve qualquer intervenção. -----

----- De imediato, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e uma horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

----- **O Presidente,**_____.